



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

PROCESSO Nº 052/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

Assunto: Decisão Recurso Administrativo

Senhor Prefeito,

Trata-se de análise de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA, nos autos do processo em epígrafe.

**I – DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA**

- 1.1 - A empresa alega as seguintes inconsistências processuais na proposta e documentação apresentada pela Licitante declarada vencedora Einar Tecnologia Serviços Digitais Ltda:
  - 1.1.1. A proposta comercial apresentada pela Empresa não deve ser aceita pois apresenta assinatura meramente digitalizada por imagem estando em desacordo com a exigência de autenticação pessoal e inequívoca da proposta. A proposta também apresenta validade de 30 (trinta) dias, em afronta à exigência de validade mínima de 60 (sessenta) dias prevista no edital. Argumenta que o art. 5º do edital determina que os preços, prazos e forma de proposta devem obedecer ao modelo anexo, reputando inadmissível o descumprimento.
  - 1.1.2. O atestado de capacidade técnica apresentado não possui autenticidade tendo em vista que a autoridade assinante do documento não está investida no cargo. No atestado consta como Secretário de Saúde Daniel Pereira Paiva e em consulta às informações oficiais do Município consta como Marcelo Nacarete Pereira Simões, tornando-se inapto para comprovação da capacidade técnica. Também inexistente nos portais de transparência registro de contratos celebrados nos moldes declarados no atestado, havendo indícios de falsidade. Assim, em função da ausência de demonstração de experiência prévia viola o art. 17.7 do edital, sendo nula a habilitação.
  - 1.1.3. A Empresa Einar Tecnologia Serviços Digitais Ltda não possui CNAE compatível com o objeto do edital e tendo em vista que o edital veda a subcontratação não é possível a atuação de terceiros para execução do objeto, sob pena de nulidade absoluta da habilitação e da contratação.
- 1.2. Por fim requer o recebimento do recurso com a reforma da decisão que declarou a habilitação da Empresa Einar Tecnologia Serviços Digitais Ltda.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

## **II - DAS CONTRARRAZÕES**

2.1. Dentro do prazo legal a empresa Einar Tecnologia Serviços Digitais Ltda apresentou contrarrazões alegando que a Recorrente possui o objetivo de protelar o andamento do processo licitatório;

2.2. No que concerne à alegação de validade de 30 dias da proposta, a empresa Recorrida apresentou trecho da ata onde consta que a proposta foi cadastrada com validade de 60 (sessenta) dias.

2.3. No que se refere à utilização de assinatura digitalizada, foi apresentado o Acórdão nº 5181/2012 do TCU, que, em situação análoga, considerou como formalismo exacerbado a exigência de uniformidade nas assinaturas constantes dos documentos do processo licitatório, bem como a ausência de assinatura em determinados casos, classificando tais ocorrências como meras irregularidades formais. Enfatiza ainda que mesmo que o documento tivesse sem assinatura, o art. 64, I da lei 14.133/2021 admite a possibilidade de diligência para complementação das informações necessárias à apuração dos fatos.

2.4. Com relação à autenticidade do atestado, a Recorrida apresenta link com informações do Secretário Municipal de Saúde de Rio Preto, comprovando o vínculo do senhor Daniel com o cargo de Secretário Municipal.

2.5. Quanto à alegação de incompatibilidade do CNAE com o objeto da licitação, apresentou entendimento do TCE-MG no sentido de que não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto social da empresa com o objeto do processo. Apresentou também o art. 66 da Lei 14.133/2021 que prevê que *“A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”*

2.6. Por fim requer o indeferimento do recurso apresentado pela Recorrente.

## **III - DA ANÁLISE E DECISÃO**

**3.1** - Vistos e recebidos recurso e contrarrazões por este Pregoeiro, passamos à análise e posterior decisão.

**3.2** - Primeiramente, há de se ressaltar que os procedimentos adotados para realização do presente Pregão Eletrônico estão de acordo com o art. 5º da lei 14.133/2021 em





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

especial no que concerne aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, vinculação ao edital e julgamento objetivo.**

3.3. Neste sentido, importante esclarecer que todos os atos desta equipe de Pregão estão pautados na legislação e nos princípios que regem a licitação pública.

3.4. Em análise ao recurso apresentado pela Recorrente, percebe-se que não se fundamenta em qualquer irregularidade real, limitando-se a alegações genéricas e infundadas, com o nítido objetivo de atrasar o andamento do certame, configurando um ato de má-fé processual.

3.5. As alegações de desconformidade da proposta apresentada pelo licitante vencedor — quanto ao prazo de validade de 30 dias e à assinatura apenas digitalizada — foram devidamente refutadas nas contrarrazões. A menção a um prazo de validade de apenas 30 (trinta) dias na proposta ajustada ao preço final configura mera irregularidade formal, passível de correção a qualquer tempo pelo licitante, sem acarretar prejuízo ao regular andamento do processo licitatório ou à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.5.1. Ressalta-se, ainda, conforme já demonstrado pela parte contrarrazoante, que a proposta cadastrada na plataforma eletrônica apresenta prazo de validade de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o estabelecido no edital.

3.5.2. Quanto à assinatura digitalizada, observa-se que não há exigência editalícia de que a proposta final deva conter assinatura eletrônica qualificada, motivo pelo qual não se verifica qualquer vício formal que comprometa a validade do documento ou do procedimento licitatório.

3.6. No que se refere à autenticidade do atestado apresentado pela empresa vencedora do certame, verifica-se que, uma vez confirmada a identidade do signatário como sendo o atual Secretário de Saúde do Município, não subsistem dúvidas quanto à veracidade e autenticidade do referido documento.

3.7. Quanto à incompatibilidade de atividades do CNAE, também não assiste razão à Recorrente, pois a lei de Licitações e o edital não mencionam nenhuma obrigação de que o objeto social ou o CNAE da empresa coincida exatamente com o objeto licitado. Vejamos o que estabelece a Lei 14.133/2021 sobre o tema:

Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

3.7.1. Em análise ao dispositivo acima transcrito, é possível concluir que a documentação de habilitação jurídica se limita à comprovação da existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização específica para o exercício da atividade a ser contratada.

3.7.2. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem reiteradamente firmado entendimento de que o CNAE ou a descrição específica do objeto social da empresa não constituem, por si só, elementos essenciais para habilitação, se a capacidade técnica restar devidamente demonstrada. Vejamos alguns acórdãos sobre o tema:

18. A empresa Paracaima Serviços de Construção e Terraplanagem Eireli EPP, por sua vez, foi inabilitada em virtude do objeto social constante do cadastro junto à Receita Federal divergir do constante em seu contrato social. O serviço '42.91-0-00 Obras Portuárias' que está presente em seu CPNJ não está na quinta alteração contratual de seu contrato social (a mais atual), bem como o serviço de 'construção de pontes de madeira' que está no seu contrato social não está presente no seu CNPJ. No entanto, o registro perante a Receita Federal demonstra que no cadastro consta o serviço '43.13-4-00 Obras de terraplenagem', ou seja, atividade econômica relacionada com a execução de estradas vicinais, objeto da licitação em comento. Além disso, a empresa apresentou ordem de serviço na qual foi contratada para executar serviços de recuperação, implantação e terraplenagem da rodovia vicinal 01 - MUC-155 na cidade de Mucajaí (RR), cujo objeto é muito semelhante ao da tomada de preços em questão. Mesmo assim, foi inabilitada. Da análise dos documentos acostados aos autos, a inabilitação aparentemente não ocorreu pela falta de aptidão técnica da empresa para execução dos serviços, mas pela simples divergência entre as atividades presentes no cadastro junto à Receita Federal e o Contrato Social, sendo que os serviços em questão não guardam qualquer relação com a execução dos serviços presentes na tomada de preços.

19. Questão similar ocorreu com a inabilitação da CB Pedra Serviços e Construções Ltda. EPP, em que foi constatada divergência entre o rol de atividades no cadastro do CNPJ com o do Contrato Social da empresa, motivo, por si só, insuficiente para sua inabilitação. **A propósito, o TCU já manifestou posicionamento contrário à inabilitação com base no Cadastro da Receita Federal conforme enunciado do Acórdão 1203/2011-TCU-Plenário (Relator Ministro José Mucio Monteiro):**  
**A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam do cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal. (Acórdão 444/2021. Plenário)**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

“A participação da empresa não foi aceita pelo pregoeiro sob o argumento de que o seu CNPJ apresentava atividade incompatível com o objeto da licitação, referindo-se ao Código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) constante na Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica da representante junto à Receita Federal.

(...)

**É certo que esse cadastro é uma imposição legal e deve estar atualizado, porém em nenhum momento há previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro. Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas, especialmente a simples leitura do Contrato Social da empresa representante.”**  
**(Acórdão nº 1203/2011 – Plenário)**

“11. No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era "locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou matérias", vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.

12. De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100)

13. Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.” (Acórdão 571/2006 – 2ª Câmara)

**3.7.3. Recentes decisões proferidas pelo TCE-MG direcionam na mesma linha:**

“É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, **mas não é**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

**válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade.** (TCE-MG – Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)

Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG – Denúncia 1007909/2019. 1ª Câmara).

Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara) Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG – Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

3.7.4. Diante das considerações expostas e da análise da documentação apresentada pela licitante declarada vencedora, verifica-se que foram devidamente comprovados os requisitos de habilitação jurídica e de qualificação técnica. A empresa possui o CNAE 62.04-0-00 (Consultoria em tecnologia da informação), compatível com o objeto licitado, bem como apresentou atestado de capacidade técnica pertinente às exigências do edital. Restou demonstrada, portanto, a aptidão da licitante para exercer direitos e assumir obrigações, bem como a autorização legal para o exercício da atividade objeto da contratação.

3.8. Assim, conclui-se pela **improcedência do recurso**, uma vez que os apontamentos realizados pela Recorrente não se mostraram subsistentes frente à documentação apresentada.

#### **IV – DECISÃO**

**4.1 - Diante de todo o exposto, CONHEÇO DO RECURSO, e no mérito decido NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela Empresa RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA, mantendo a decisão proferida na sessão de julgamento, tendo em vista que a Empresa EINAR TECNOLOGIA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA cumpriu os requisitos exigidos para habilitação no certame.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

**4.2** - Em respeito ao § 2º, do art. 165, da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), encaminho a autoridade superior para deliberação.

Respeitosamente,

Bocaina de Minas, 03 de setembro de 2025

**Gilmar de Oliveira Barbosa Arantes**  
**Pregoeiro**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CNPJ nº. 18.194.076/0001-60**

**DECISÃO FINAL**

PROCESSO Nº 052/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025

Assunto: Decisão Recurso Administrativo

1. Trata-se de análise de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA.

2. Após análise do recurso apresentado pela empresa RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA, das contrarrazões apresentadas pela empresa EINAR TECNOLOGIA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA, declaro concordância com os fundamentos da manifestação do Pregoeiro, passando estes a fazer parte integrante do presente ato.

**3. FACE AO EXPOSTO, CONHEÇO DO RECURSO, e no mérito:**

**3.2. CONHEÇO DO RECURSO**, e no mérito decido **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela Empresa RDL SISTEMAS E APLICATIVOS LTDA, mantendo a decisão proferida na sessão de julgamento, tendo em vista que a Empresa EINAR TECNOLOGIA SERVIÇOS DIGITAIS LTDA cumpriu os requisitos exigidos para habilitação no certame

Bocaina de Minas, 03 de setembro de 2025.

LUZIMAR DE MOURA Assinado de forma digital por  
LUZIMAR DE MOURA  
BENFICA:42544866691  
BENFICA:42544866691 Dados: 2025.09.03 13:31:52 -03'00'

**Luzimar de Moura Benfica**

**Prefeito Municipal**